

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Órgão

Ministério da Saúde (MS)

Representação

Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Representantes



Titular

Maurício Cavalcante Filizola
Diretor da CNC



1º Suplente

Marcelo Fernandes de Queiroz
1º Diretor Administrativo da CNC



2º Suplente

Jonas Matos da Silva
Assistente social (CNC/Serbem)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no período de 17 a 18 de agosto de 2022

Em 17 de agosto, a plenária foi iniciada com um informe do Presidente do CNS, Fernando Zasso Pigatto, denunciando uma fake news que associava o CNS a uma posição contrária ao PL que viabiliza o piso salarial de enfermeiros, técnicos de enfermagem e parteiras. Pigatto ressaltou que tomará providências e será elaborada uma recomendação contra o veto da PEC e uma nota de repúdio. Ele reforçou o apoio ao piso salarial (PL 2564/20), aprovado pela Câmara dos Deputados em 4 de maio e sancionado pelo presidente da República em 4 de agosto.

Em seguida, a Secretaria Executiva do CNS apresentou relatório da mesa diretora e solicitou aos conselheiros que ampliassem em suas entidades a temática das hepatites virais (B e C). Pesquisas recentes apontam um percentual de 35% de mortes prematuras que poderiam ser evitadas com ações preventivas mais direcionadas.

No mesmo dia, a Mesa Diretora formou duas mesas temáticas para apreciação e debate do Pleno:

a) Perspectiva da luta pela saúde das Mulheres

Convidados: Ana Maria Costa (médica sanitaria da Abrasco) e Ligia Cardieri (socióloga)
Desdobramentos: foi apresentada a análise dos relatórios referentes ao 2º e 3º Seminários do Sismu (Simpósio Interligas de Saúde da Mulher), onde foram apontados questionamentos relacionados a liberdades sociais da mulher e relevâncias quanto aos temas sobre a morte materna, violência sexual, aborto legal, vacinação, rede cegonha, educação escolar, entre outros. Foi manifestada a necessidade de inclusão das mulheres

nas pautas que buscam as reformas das políticas públicas, no intuito de que a população feminina possa fortalecer o controle social.

b) Varíola dos macacos no Brasil

Convidados: Arnaldo Correia (secretário de Vigilância em Saúde/MS) e Vivian Siqueira (Comissão de epidemiologia da Abrasco)

Desdobramentos: o CNS, na figura do seu presidente, defendeu a celeridade na resposta contra avanços da varíola dos macacos no Brasil. Foi apresentado o cenário da doença no Brasil e no mundo pelo SVS, bem como as estratégias que o Ministério da Saúde está desenvolvendo. Foram apresentadas estatísticas epidemiológicas da doença. Houve um debate em relação a uma possível militarização da vacina e foi enfatizado que, segundo o Centro de Operações Emergenciais do MS (COI), ainda não é recomendada a vacinação em massa.

Foi lembrado que o fato de haver apenas um produtor da vacina no mundo, localizado na Dinamarca (Bavaria Nordic), tem provocado grandes desigualdades e um processo de mercantilização extremamente elevado. Cada dose custa 90 euros, já que os Estados Unidos abarcam a maior parte da compra das vacinas. O CNS também defendeu a urgência na promoção, por parte do Governo Federal, de divulgação de campanhas junto à população informando os riscos à saúde e medidas preventivas contra a doença, com informações claras para combater estigmas, como o de que só homossexuais são infectados, já que não há nenhuma relação nesse sentido. O Ministério da Saúde comprou, através da Opas, 50 mil doses para suprir a demanda e destacou que existem 27 laboratórios centrais no país prontos para realizar sequenciamento genético e PCR e que a Fiocruz já solicitou autorização da Anvisa para distribuição dos testes. O secretário de Vigilância em Saúde também se comprometeu a incluir no formulário de notificação da varíola dos macacos a pergunta sobre se a pessoa tem deficiência e qual tipo.

Ao término do dia, a Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT) apresentou os pareceres de processos de autorização, reconhecimento e renovação de cursos de graduação da área de saúde, como parte das fases exigidas pelo MEC, fase CNS. Foram apresentados 44 cursos entre julho e agosto de 2022, sendo 33 insatisfatórios, sete satisfatórios com recomendação, dois satisfatórios sem recomendação e duas ações civil pública de curso EAD.

Em 18 de agosto, a plenária iniciou com as deliberações relacionadas à 17ª Conferência Nacional de Saúde, prevista para acontecer em 2023, e à 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, que será realizada de 14 a 18 de novembro. Foi apresentada também a composição das comissões intersetoriais do CNS, triênio 2022/25, e destacada a importância da participação dos conselheiros nas comissões e a relevância dos conteúdos a serem construídos, como sendo a base potencializadora do controle social.

Em seguida, a Mesa Diretora formou uma mesa temática para apreciação e debate do Pleno:

- O direito à saúde integral de mulheres lésbicas

Convidados: Léa Gomes (doutora em Saúde Pública) e Marcia Brito (assistente social – CRESSRJ)

Desdobramentos: foram apresentadas questões relacionadas à defesa dos direitos humanos, cidadania, enfrentamento e combate a todas as formas de discriminação,

preconceito, opressão e violência contra as lésbicas (lesbofobia). Foi manifestada a necessidade de uma melhor capacitação dos profissionais de saúde para saber como acolher, abordar e manejar as mulheres lésbicas no intuito de fomentar uma conduta na saúde pública, com informações claras para se combater estigmas.

Ao término do dia, a Mesa Diretora apresentou os documentos editados *ad referendum*, e recomendações a serem encaminhadas ao Ministério da Saúde. Não foram identificados nos documentos apresentados ameaças ao Sistema CNC-Sesc-Senac.